

v.2, n.8, 2025 - Agosto

REVISTA O UNIVERSO OBSERVÁVEL

ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL: CAMINHOS PARA UMA INCLUSÃO EFETIVA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Quesia Meira da Costas¹

Revista O Universo Observável
DOI: 10.5281/zenodo.16745835
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.16745835)

¹Pedagogia - Universidade Luterana do Brasil, Faveni – História.
E-mail: kesya_meira@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9905-0824>



ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL: CAMINHOS PARA UMA INCLUSÃO EFETIVA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Quesia Meira da Costa



Fonte: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/ensino-regular>

PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

ISSN
International Standard Serial Number
2966-0599

www.ouniversoobservavel.com.br

Editora e Revista
O Universo Observável
CNPJ: 57.199.688/0001-06
Naviraí – Mato Grosso do Sul
Rua: Botocudos, 365 – Centro
CEP: 79950-000

RESUMO

Este artigo discute os desafios e possibilidades da alfabetização de estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) no ensino regular, articulando os conceitos de alfabetização e letramento com práticas pedagógicas inclusivas e políticas públicas. A partir de uma revisão teórica fundamentada em autores como Paulo Freire e Lev Vygotsky, além da análise de pesquisas recentes, o texto aborda questões como a formação de professores, os métodos de ensino aplicados, a diversidade de necessidades educacionais e os entraves estruturais que ainda persistem nas escolas brasileiras. Ao final, defende-se que a inclusão efetiva só será possível mediante a transformação das culturas escolares, o fortalecimento das políticas educacionais e o compromisso ético e político com o direito à educação para todos.

Palavras-chave: Educação Especial; Alfabetização; Letramento; Inclusão Escolar; Formação Docente.

ABSTRACT

This article discusses the challenges and possibilities of teaching literacy to students targeted by Special Education (PEEE) in regular education, connecting the concepts of literacy and literacy with inclusive pedagogical practices and public policies. Based on a theoretical review grounded in authors such as Paulo Freire and Lev Vygotsky, as well as an analysis of recent research, the text addresses issues such as teacher training, applied teaching methods, the diversity of educational needs, and the structural obstacles that persist in Brazilian schools. Finally, it argues that effective inclusion will only be possible through the transformation of school cultures, the strengthening of educational policies, and an ethical and political commitment to the right to education for all.

Keywords: Special Education; Literacy; Literacy; School Inclusion; Teacher Training.

1 INTRODUÇÃO

A alfabetização de alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE) no ensino regular representa um dos maiores desafios contemporâneos para os sistemas educacionais brasileiros. A crescente demanda por uma educação inclusiva, respaldada por legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e por compromissos internacionais como a Declaração de Incheon (UNESCO, 2015), exige que as escolas sejam repensadas como espaços verdadeiramente democráticos, capazes de acolher a diversidade e remover barreiras à aprendizagem e à participação.

No contexto da Educação Especial, a articulação entre alfabetização e letramento adquire contornos ainda mais complexos. Enquanto a alfabetização diz respeito à apropriação do sistema alfabético de escrita, o letramento refere-se ao uso social da linguagem escrita, sendo ambos indissociáveis para uma formação cidadã plena. No entanto, a aplicação desses conceitos no cotidiano escolar ainda é marcada por lacunas na formação docente, ausência de práticas pedagógicas eficazes e políticas públicas muitas vezes insuficientes para garantir o direito à educação de todos.

A alfabetização de alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE) no ensino regular representa um dos maiores desafios contemporâneos para os sistemas educacionais. A inclusão desses estudantes, garantida por

legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), impulsiona a necessidade de transformar as escolas em espaços verdadeiramente democráticos e preparados para a diversidade.

No entanto, a efetivação desse direito colide com barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais que permeiam o cotidiano escolar. Um estudo seminal sobre o tema, conduzido por Barreto e Shimazaki (2019), investigou as dificuldades enfrentadas por professores alfabetizadores participantes do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). A pesquisa destacou que, embora o PNAIC tenha fomentado a reflexão sobre a educação inclusiva, os docentes ainda se deparam com obstáculos significativos. Entre os principais desafios relatados estão o número excessivo de alunos por turma, a falta de tempo para uma mediação pedagógica individualizada, a indisciplina e a dificuldade de atenção dos estudantes (Barreto; Shimazaki, 2019).

Para que a criança compreenda o princípio alfabético, ela precisa se tornar consciente dos segmentos sonoros das palavras, como sílabas e fonemas (Morais, 2012; Soares, 2016). No entanto, a ênfase excessiva em apenas um método ou habilidade pode ser insuficiente se desvinculada das práticas sociais de leitura e escrita. O letramento, ao promover o contato com diversos gêneros textuais em seus contextos reais de uso, enriquece e dá sentido à aprendizagem do sistema notacional (Luria, 2006).

Dentro do universo das pesquisas analisadas, a deficiência intelectual surge como o

tema mais recorrente, seguida pela surdez e pelo Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Essa prevalência indica uma preocupação direcionada dos pesquisadores para compreender e intervir nos processos de alfabetização desses públicos específicos (Sabará; Gonçalves; Hayashi, 2022). Muitas dessas investigações, especialmente as focadas na deficiência intelectual, tendem a enfatizar a importância da consciência fonológica como um pilar para a alfabetização, propondo intervenções que visam ao desenvolvimento dessa habilidade (Brito, 2014; Segin, 2015).

O estudo de Sabará, Gonçalves e Hayashi (2022) também aponta para a diversidade de abordagens nos diferentes campos da Educação Especial. Nas pesquisas sobre surdez, por exemplo, discute-se a importância da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e da identidade surda no processo de letramento (Santos, 2006; Oliveira, 2008). Já nos trabalhos sobre autismo, busca-se compreender como a aquisição da leitura e da escrita contribui para a permanência e o desenvolvimento social do aluno (Bruno, 2016; Benitez-Afonso, 2015).

Apesar do crescimento no número de publicações, as autoras concluem que o campo ainda não está esgotado e que há uma necessidade premente de aprofundar a discussão, visando favorecer o processo de escolarização e emancipação humana dos estudantes da Educação Especial (Sabará; Gonçalves; Hayashi, 2022). A escola, mesmo inserida em um contexto de contradições, tem a função social de organizar o trabalho pedagógico para efetivar o acesso ao conhecimento formal para todos (Bueno, 2001), superando os baixos níveis de proficiência que ainda marcam a educação brasileira (Ferreira; Ferreira, 2013).

3 Formação Docente e Inclusão: O Papel do Professor na Construção de uma Escola para Todos

A formação de professores emerge como um ponto central e crítico nesse debate. Muitos educadores não se sentem preparados para lidar com a complexidade das necessidades educacionais especiais, apontando para uma lacuna na sua formação inicial e continuada (Giroto; Castro, 2011). A ausência de um preparo adequado gera insegurança e pode levar à adoção de práticas que, em vez de incluir, acabam por segregar o aluno dentro da própria sala de aula. Mazzotta (2010, p. 84) já questionava a efetividade das políticas públicas ao indagar: "Onde e como estão sendo formados? Formados para prestar que atendimentos especializados?

Formados em educação inclusiva para aplicar procedimentos uniformes à diversidade dos alunos e professores da escola comum?"

A discussão sobre o direito à educação, a alfabetização e a inclusão escolar no Brasil é indissociável do pensamento de Paulo Freire (2011), cuja pedagogia crítico-reflexiva oferece uma base sólida para a transformação do campo educacional. Em um cenário de crescentes desafios, como o aumento dos índices de analfabetismo e as novas formas de exclusão digital, resgatar os pressupostos freireanos torna-se uma tarefa urgente e necessária para a construção de uma escola verdadeiramente para todos (Constant; Melo; França, 2021). A educação, nessa perspectiva, transcende a mera codificação e decodificação de palavras, constituindo-se como um ato político de leitura do mundo para transformá-lo.

Historicamente, o Brasil enfrenta uma longa batalha contra o analfabetismo. Desde o final do Império, a questão já se apresentava como um problema político, associado à restrição do direito ao voto e à necessidade de um projeto republicano de instrução pública (Mortatti, 2004). Ao longo do século XX, apesar da expansão do acesso à escola, o foco excessivo em métodos técnicos e a desconsideração das dimensões políticas e sociais da linguagem perpetuaram um modelo de alfabetização que não promovia a plena cidadania. As abordagens tradicionais, centradas na produção de materiais padronizados, silenciavam a relação entre linguagem e classe social, mascarando as desigualdades (Constant; Melo; França, 2021).

É a partir da redemocratização e da Constituição de 1988 que o debate sobre o direito à educação ganha nova força, impulsionando pesquisas acadêmicas e a busca por práticas que dialogassem com os diversos saberes dos estudantes (Mortatti, 2004). Contudo, esse avanço passou a conviver com a ascensão de políticas neoliberais que, influenciadas por organismos internacionais como a OCDE, introduziram uma lógica de competitividade e de responsabilização individual do professor pelos resultados educacionais (Martínez; Seoane, 2020; Moura *et al.*, 2019). Essa visão altera a identidade docente e justifica reestruturações do setor público que nem sempre atendem às reais demandas das escolas.

Nesse contexto, o conceito de letramento surge como um projeto de inclusão social, propondo a superação do analfabetismo funcional – a incapacidade de compreender e usar a leitura e a escrita nas práticas sociais, mesmo sabendo decodificar o código (Paiva,

1987). O letramento, inspirado na "arte de educar" de Freire (2011), defende que a alfabetização e o uso social da escrita são processos indissociáveis e fundamentais para a inclusão social e cultural do indivíduo (Tayassu, 2011). Educar, portanto, não é apenas ensinar a ler a palavra, mas formar cidadãos críticos capazes de intervir no mundo.

A materialização de uma "Educação para Todos", lema de conferências internacionais como as de Jomtien (1990) e Dakar (2000), passa necessariamente pela construção de uma escola inclusiva. O movimento pela inclusão, consolidado em documentos como a Declaração de Incheon (UNESCO, 2015) e a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015a), defende a remoção de todas as barreiras à aprendizagem e à participação. Isso exige uma transformação profunda nas culturas, políticas e práticas escolares (Booth; Ainscow, 2011). A formação de professores torna-se, então, o pilar central. É preciso preparar docentes para serem inclusivos, alinhando discurso e prática num "caminho sem volta" (Kullmann; Lemons, 2018), capazes de mediar a aprendizagem e de desafiar os alunos a construir novos saberes a partir do diálogo.

4 Práticas Pedagógicas e Estratégias de Alfabetização na Educação Inclusiva

A perspectiva Histórico-Cultural, fundamentada nos trabalhos de Lev Vygotsky, oferece um arcabouço teórico robusto para compreender e nortear as práticas pedagógicas inclusivas. Vygotsky (2003) defende que o desenvolvimento humano é um processo sócio-histórico, no qual a interação social e a mediação são cruciais. Para ele, a deficiência não deve ser vista como uma limitação intransponível, mas como um ponto de partida para a busca de caminhos alternativos de desenvolvimento, processo que ele denomina "compensação" (Vygotski, 1983b).

A aprendizagem, portanto, "se adianta ao desenvolvimento", puxando-o para novos patamares (Vigotski, 2010, p. 114). A aplicação dessa perspectiva na sala de aula implica repensar a organização do ensino. A heterogeneidade, em vez de ser um problema, é vista como um aspecto inerente e enriquecedor do processo educativo (Brasil, 2012). O trabalho com atividades diversificadas, a organização dos alunos em duplas ou pequenos grupos e a flexibilização curricular são estratégias que se alinham a essa concepção. No entanto, a implementação de tais estratégias requer não apenas conhecimento teórico, mas também recursos adequados, apoio da equipe pedagógica

e, em muitos casos, a presença de profissionais de apoio, como professores assistentes ou acompanhantes terapêuticos (Barreto; Shimazaki, 2019).

Outro aspecto relevante é a necessidade de desmistificar a relação, muitas vezes implícita, entre dificuldades de aprendizagem e problemas de comportamento. A indisciplina pode ser um sintoma de diversas questões, incluindo a inadequação da proposta pedagógica às necessidades do aluno. Aquino (1996) a define como um conflito gerado pelo impacto entre a velha estrutura escolar e os sujeitos com diferentes formas de existência social que ela passa a receber. Uma abordagem que valoriza o diálogo, a construção coletiva de regras e o desenvolvimento de vínculos afetivos mostra-se mais eficaz do que uma postura meramente punitiva (Aquino, 1996; Brasil, 2015).

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular é um dos desafios mais pertinentes e complexos da educação brasileira contemporânea. O aumento no número de diagnósticos, corroborado por dados de órgãos como o CDC (2024), pressiona o sistema educacional a se adaptar, mas a realidade encontrada em muitas escolas públicas revela um cenário de despreparo. Conforme apontam Fernandes *et al.* (2025), a falta de formação docente adequada e o uso de metodologias de alfabetização tradicionais, que posicionam o aluno como um receptor passivo de informações, são barreiras significativas para um aprendizado efetivo e significativo.

A alfabetização, para além da simples decodificação de códigos, é um direito fundamental que insere a criança na cultura escrita (Zen; Molinari; Nascimento, 2020). Este processo, no entanto, não é homogêneo e exige um olhar sensível e flexível por parte do educador, especialmente ao lidar com as singularidades do TEA (Almeida, 2019). Alunos no espectro frequentemente possuem uma maneira distinta de processar informações e interagir com o mundo, o que demanda uma abordagem pedagógica diferenciada e individualizada (Ziviani, 2021). Ignorar essas especificidades e aplicar métodos engessados pode comprometer não apenas a aquisição da leitura e escrita, mas também o desenvolvimento integral do aluno.

A relevância da intervenção precoce é um ponto de consenso na literatura, pois aproveita a plasticidade cerebral dos primeiros anos de vida para maximizar o desenvolvimento e minimizar futuras dificuldades (Rogers; Dawson; Vismara, 2014). Nesse contexto, a prática pedagógica deve ser intencional e

estratégica. O uso de jogos e atividades lúdicas, por exemplo, pode promover o desenvolvimento do raciocínio e da capacidade de superação, facilitando a assimilação de novos conhecimentos ao conectá-los com saberes já consolidados (Ziviani, 2021). Criar um ambiente propício ao aprendizado, onde a interação social entre a criança e o objeto de estudo é valorizada, torna-se essencial (Geronymo; Prado; Souza, 2021).

No campo dos métodos de alfabetização para crianças com TEA, o debate entre as abordagens fônica e global é central. O método fônico, que parte da relação entre sons (fonemas) e letras (grafemas), é visto por muitos profissionais como eficaz, especialmente em línguas de escrita regular como o português (Nogueira; Braga; Rossi, 2022). Por outro lado, o método global, que expõe a criança a palavras e textos completos, é frequentemente recomendado para crianças autistas, pois o conhecimento do contexto pode facilitar a dedução de significados e despertar o interesse pela leitura (Neumann, 2022).

Nunes e Walter (2016) realizam um contraponto entre as abordagens, sugerindo que não há um método soberano. A escolha deve ser flexível e adaptada às necessidades de cada aluno. Enquanto o método global pode ser mais indicado para crianças com hiperlexia ou dificuldades no processamento auditivo, o fônico pode ser mais eficiente para o ensino do princípio alfabético em outros casos. A síntese proposta por Fernandes *et al.* (2025) é que a combinação sinérgica de diferentes métodos pode ser um forte aliado, contribuindo para a plena inclusão da criança na rede regular de ensino.

5 Políticas Públicas, Desigualdades e Caminhos para a Inclusão Plena

Apesar dos avanços legais e da crescente conscientização sobre a importância da inclusão, a jornada para uma educação que seja, de fato, para todos, ainda é longa. Superar os desafios da alfabetização de alunos do PAEE exige um esforço coordenado entre governos, com políticas públicas consistentes (Prieto, 2010); instituições de ensino, com infraestrutura e recursos adequados; e a comunidade escolar, promovendo uma cultura de respeito e valorização da diversidade. A formação de professores, pautada em bases teóricas sólidas como a de Vygotsky e conectada com a prática (Vitaliano; Valente, 2010), é a pedra angular para que a inclusão deixe de ser um ideal distante e se torne uma realidade concreta e transformadora no chão da escola.

Uma análise bibliométrica da produção científica brasileira, realizada por Sabará, Gonçalves e Hayashi (2022), revela um panorama detalhado sobre essa temática. O estudo, que abrangeu teses e dissertações, identificou um aumento expressivo na produção acadêmica a partir de 2014, o que pode ser hipoteticamente associado à implementação de políticas de inclusão mais robustas no país. Essa produção, contudo, não se distribui de forma homogênea, concentrando-se majoritariamente na região Sudeste e em instituições federais, com destaque para a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), um polo reconhecido na área (Sabará; Gonçalves; Hayashi, 2022).

O sucesso na alfabetização e letramento de alunos com TEA não depende apenas da escolha de um método, mas de uma mudança de paradigma. É imperativo investir na formação continuada de professores, capacitando-os a compreender as teorias sobre cognição e interação social no autismo e a aplicar estratégias pedagógicas flexíveis (Fernandes *et al.*, 2025).

6 CONCLUSÃO

A alfabetização de estudantes público-alvo da Educação Especial no ensino regular exige mais do que boa vontade institucional: requer compromisso político, formação docente crítica, estratégias pedagógicas bem fundamentadas e políticas públicas estruturantes. Como demonstrado ao longo deste artigo, os desafios da inclusão vão desde os conceitos e práticas pedagógicas até as barreiras estruturais e atitudinais ainda presentes nas escolas.

A formação de professores, em especial, mostra-se como eixo central para que a inclusão aconteça de fato e não apenas no discurso. Sem educadores preparados e conscientes de seu papel como mediadores do conhecimento e da diversidade, não é possível garantir uma alfabetização significativa e contextualizada para os alunos com deficiência intelectual, surdez, TEA e outras condições. O uso de métodos flexíveis, a adaptação dos recursos didáticos e o respeito às especificidades de cada sujeito são elementos indispensáveis para a construção de uma escola democrática e acessível a todos.

Por fim, a efetivação de uma educação inclusiva depende de uma ação coordenada entre políticas públicas eficazes, infraestrutura adequada e valorização da diversidade humana. Alfabetizar, neste contexto, é também incluir, libertar e garantir a todos os sujeitos o direito de “ser mais”, como propõe Freire: direito esse que só se concretiza quando a escola assume, com

coragem e compromisso, sua função social transformadora.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Izabel Cristina Araujo. **Alfabetização de alunos com transtorno do espectro autista (TEA): concepções e práticas dos professores**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.

AQUINO, Júlio R. Groppa. **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996.

BARRETO, Lucia Cristina Dalago; SHIMAZAKI, Elsa Midori. Alfabetização dos alunos público alvo da Educação Especial: dificuldades dos professores no ensino regular. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, p. 1-17, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa. A criança no ciclo de alfabetização**. Brasília: MEC, SEB, 2015a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa. Alfabetização para todos: diferentes percursos, direitos iguais**. Brasília: MEC, SEB, 2012.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

BOOTH, T.; AINSCOW, M. **Index para Inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola**. 3. ed. Rio de Janeiro: UNESCO/CSIE, 2011.

CONSTANT, E.; MELO, S. C. de; FRANÇA, D. Paulo Freire, alfabetização e inclusão escolar: o direito à educação a partir da formação crítico e reflexiva. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 37, n. 3, p. 1393-1412, set./dez. 2021.

GIROTO, Claudia Regina Mosca; CASTRO, Rosane Michelli. A formação de professores para a educação inclusiva: alguns aspectos de um trabalho colaborativo entre pesquisadores e

professores da educação infantil. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 24, n. 41, p. 441-452, set./dez. 2011.

BENITEZ-AFONSO, P. **Capacitação de pais e professor para ações integradas de ensino de leitura e escrita para aprendizes com autismo e deficiência intelectual**. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

BRITO, D. A. **Estimulando a Consciência Fonológica em Jovens com Deficiência Intelectual**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BRUNO, D. L. de F. **Síndrome de Asperger: práticas inclusivas no processo de alfabetização/letramento**. 2016. Dissertação (Mestrado em Humanidades, Culturas e Artes) – Universidade do Grande Rio, Duque de Caxias, 2016.

BUENO, J. G. S. **Função social da escola e organização do trabalho pedagógico**. *Educar*, Curitiba, n. 17, p. 101-110, 2001.

FERREIRA, M. C. C.; FERREIRA, J. R. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In: GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Friszman de (Org.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas: Autores associados, 2013. p. 21-46.

FERNANDES, K. L. C. et al. Desafios e caminhos para a alfabetização e letramento de crianças com Transtorno do Espectro Autista. **Revista Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 22, n. 4, p. 01-21, 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GERONYMO, Camila de Jesus; PRADO, Regina Guazzelli do; SOUZA, Sheila Carla de. Estratégias pedagógicas para alfabetizar crianças com Transtorno do Espectro do Autismo: o olhar do professor. **Revista Amor Mundi**, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2021.

KULLMANN, N.; LEMONS, C. C. **O papel do professor na libertação dos educandos**. 2018. Anais do I SIBFORP & II JIPPGE. Caxias do Sul: UCS, 2018.

LURIA, A. R. O desenvolvimento da escrita na criança. In: VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem desenvolvimento e aprendizagem**. Trad. Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Ícone, 2006. p. 143-189.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Inclusão escolar e educação especial: das diretrizes à realidade das escolas. In: MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia. (Org.). **Das Margens ao centro: perspectivas para as políticas públicas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010. p. 61-78.

MORAIS, A. A teoria da psicogênese da escrita: a escrita alfabética como sistema notacional e seu aprendizado como processo evolutivo. In: MORAIS, A. *Sistema de Escrita Alfabética*. São Paulo: Melhoramentos, 2012. p. 44-67.

MORTATTI, M. do R. L. **Educação e letramento**. São Paulo: UNESP, 2004.

MOURA, E. S.; NAJJAR, J.; CARNEIRO, W. Neoliberalização e reforma educacional: a chegada da organização Teach for America no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n. 2, p. 447-468, mai./ago. 2019.

NEUMANN, Karla Pires. **Desenvolvimento da leitura e escrita em alunos com autismo**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia: Docência e Gestão Educacional) – Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, UNICENTRO, 2022.

NOGUEIRA, Regina Lima; BRAGA, Elizângela A.; ROSSI, Cláudia Maria Soares. Educação inclusiva no Brasil: um estudo sobre a alfabetização em crianças autistas. In: **ESCOLA, Família e Educação: pesquisas emergentes na formação do ser humano**. Vol. 2, Editora Científica Digital, 2022. p. 53-54.

NUNES, Débora Regina de Paula; WALTER, Elizabeth Cynthia. Processos de leitura em educandos com autismo: um estudo de revisão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, n. 4, p. 1-10, out.-dez. 2016.

PAIVA, V. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

PRIETO, Rosângela Gavioli. Políticas de inclusão escolar no Brasil: sobre novos/velhos significados para educação especial. In: MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia. (Org.). **Das Margens ao centro: perspectivas para as políticas públicas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010. p. 61-78.

ROGERS, Sally J.; DAWSON, Geraldine; VISMARA, Laurie A. **Autismo: Compreender e agir em família**. Lisboa: Lidel – Edições Técnicas, 2014.

OLIVEIRA, S. F. de. **Letramento de alunos surdos em classe bilíngue: possibilidades e desafios**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SABARÁ, S. E. J.; GONÇALVES, T. G. G. L.; HAYASHI, M. C. P. I. Alfabetização e letramento na educação especial: um panorama das teses e dissertações brasileiras. **Poiésis**, Tubarão, v. 16, n. 30, p. 377-395, jul.-dez. 2022.

SANTOS, M. M. dos. **Letramento, surdez e identidade**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2006.

SEGIN, M. **Alfabetização e deficiência intelectual: estudo sobre o desenvolvimento de habilidades fonológicas em crianças com Síndrome de Williams e Síndrome de Down**. 2015. Tese (Doutorado em Distúrbios do Desenvolvimento) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

SILVA, C. M. da. **A importância da prática pedagógica na alfabetização de alunos com deficiência intelectual**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020.

SOARES, M. B. Alfabetização. In: **Glossário Ceale**. 2014. Disponível em: <http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/alfabetizacao>. Acesso em: 29 jul. 2025.

SOARES, M. B. **Alfabetização: a questão dos métodos.** São Paulo: Contexto, 2016.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros.** 17. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SMOLE, K. S. **A alfabetização matemática na escola.** In: SMOLE, K. S. et al. *Matemática na educação infantil: formação e prática docente.* Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 45-60.

STAINBACK, W.; STAINBACK, S. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

TAYASSU, C. Alfabetização e letramento: condições de inclusão social. In: GONÇALVES, A. V.; PINHEIRO, A. S. **Nas trilhas do letramento: entre teoria, prática e formação docente.** Campinas: Mercado de Letras, 2011.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VIGOTSKI, Lev Seminovitch. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VIGOTSKI, Lev S.; LURIA, Alexander R.; LEONTIEV, Aleksei N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** 11. ed. São Paulo: Ícone, 2010.

VYGOTSKI, Lev Seminovitch. **Obras Escogidas - V: fundamento de defectologia.** Moscú: Editorial Pedagógica, 1983b.

VITALIANO, Célia Regina; VALENTE, Silza Maria Pasello. A formação de professores reflexivos como condição necessária para inclusão de alunos com necessidades especiais. In: VITALIANO, Célia Regina (Org.). **Formação de professores para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.** Londrina: EDUEL, 2010. p. 31-48.

ZEN, Giovana Cristina; MOLINARI, María Claudia; NASCIMENTO, Aline Carvalho. As práticas cotidianas de leitura e escrita na escola como um direito da infância. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 41, p. 255-277, 2020.

ZIVIANI, Brenda Novais. **O processo de alfabetização de crianças com autismo: o que**

nos dizem as professoras? 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdades Doctum de Serra, Serra, 2021.